COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.921, DE 2008

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para instituir hipótese de concessão de bolsas de estudo para indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

Autora: Deputada REBECCA GARCIA

Relator: Deputado GABRIEL CHALITA

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria da nobre Deputada Rebecca Garcia, visa alterar a Lei do Prouni, de forma a instituir bolsas de estudo para indivíduos com idade igual ou superior a sessenta anos.

Em 31 de agosto de 2011, a Douta Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF rejeitou a proposição.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria já teve como relatores os nobres Deputados Eleuses Paiva, ainda na antiga Comissão de Educação e Cultura – CEC, e Waldir Maranhão, já nesta Comissão de Educação – CE.

As reflexões de ambos trouxeram importantes elementos para o nosso voto.

Registrava o nobre Deputado Eleuses Paiva:

“O direito à Educação é assegurado a todos os brasileiros (art. 205, CF) de qualquer idade: crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Cabe criar caminhos para garantir o direito de todos e fazê-lo de forma harmonizada com os objetivos educacionais estabelecidos pela sociedade, por meio de seus representantes legais, instituições e leis em vigor.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) prevê:

“Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.”

Lembrava que este diploma dispõe, ainda, que o Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas.

Concluía que o legislador parecia ter sugerido que a temática devesse ser tratada por meio de **cursos e programas especiais**, inclusive em instituições específicas.

O Deputado Waldir Maranhão, apoiando-se nos estudos preliminares à discussão do PNE, assinalava que a taxa líquida de matrícula na **faixa etária própria do ensino superior** – 18 a 24 anos – era de 17,3% em 2009.

Para a satisfação de todos nós nesta Comissão de Educação, foi sancionada a Lei nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE para o próximo decênio (2014-2023). Recorde-se, com a intensa participação dos parlamentares desta Casa, de todos os partidos, e inclusive com a decidida ação do Senhor Presidente, Deputado Glauber Braga, para levar à Douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC a inconstitucionalidade de se pretender que o PNE estivesse submetido ao trancamento de pauta por Medidas Provisórias.

Em memorável decisão, aquela Comissão aprovou o parecer da nobre Deputada Maria do Rosário que, de certa forma, recuperou o poder de agenda do Parlamento na questão das políticas educacionais.

A meta 12 propõe: *“elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”*

Um importante instrumento que contribuirá para o cumprimento da meta é o Programa Universidade para Todos – Prouni. Esse meio é, tipicamente, dirigido à garantia do acesso da faixa etária própria. Nesse sentido, cabe certa focalização desse instrumento, sem prejuízo da criação de outros meios específicos (cursos e programas especiais) para atender aos idosos.

Observe-se, ainda, que o idoso que estiver na faixa de renda definida pelo Prouni (renda familiar *per capita* mensal de até três salários mínimos) e preencher os critérios do programa não está impedido de pleitear a bolsa do Prouni.

Nesta linha, a Douta Comissão de Seguridade Social e Família assinalou que *“as regras do Prouni são largas e contemplam todos os brasileiros que preenchem as condições inscritas na lei”*.

Ao priorizar um idoso com renda familiar de até cinco salários mínimos, a proposta em tela, eventualmente, estaria tornando mais difícil o caminho de um jovem na idade própria do ensino superior, com renda familiar mensal na faixa de três salários mínimos.